

INICIATIVAS DA COLÔNIA JAPONESA EM SANTOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO (1908-1943)

Rafael da Silva e Silva¹

Resumo

O presente texto é baseado na pesquisa realizada durante o mestrado pela Universidade Católica de Santos. O objetivo era analisar a educação japonesa na cidade de Santos e sua contribuição social para o contexto em que estava inserida. Foca o período entre 1908, data da chegada dos primeiros imigrantes japoneses, e 1943, quando foram obrigados a se retirar devido às políticas nacionalistas de Getúlio Vargas. Esta política instituiu como zona de segurança nacional toda a costa brasileira, obrigando alemães, japoneses e italianos a se deslocarem para o interior. A pesquisa utilizou documentos de diferentes naturezas como cadernos escolares, materiais didáticos, fotografias, relatórios e prontuários produzidos pelas autoridades. Foram efetuadas entrevistas e aplicado um questionário semi-estruturado, tendo como enfoque temático a educação japonesa. A pesquisa baseou-se nos trabalhos de Tomoo Handa, Hiroshi Saito e nos trabalhos de Zeila Fabri de Brito Demartini. Foi possível perceber que a educação escolar era bem valorizada pelos japoneses. Além disso, observou-se que as escolas possuíam uma boa infra-estrutura, mantendo o curso de língua japonesa e o ensino primário segundo o currículo das escolas públicas locais. Esta iniciativa favoreceu posteriormente o funcionamento da escola japonesa durante os anos difíceis da Era Vargas e, principalmente, da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Educação; Imigração; Escola japonesa.

Abstract

The present work is based at a research developed during the Masters Degree course at the Catholic University of Santos. The aim was to analyse Japanese education in the city of Santos and its contribution to the social context it took part. The focus is on the period between 1908, when the first immigrants arrived, and 1943 when they were forced to leave Santos due to Getúlio Vargas' nationalistic policies. This politics instituted as a zone of national security all the coast of Brazil forcing Germans, Japanese and Italians to move to the interior. The research used different types of documents such as school notebooks, teaching material, photographs, reports and hand-books produced by the authorities. Interviews were made and a semi-structured questionnaire applied having as a theme the Japanese education. The research was based on the work of Zeila Fabri de Brito Demartini. It was possible to see that school education was well valued by the Japanese. It was also observed that the schools had a good infra-structure, maintaining a course on Japanese language as well as a primary course following the curricula of local schools. This

¹ Mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos. E-mail: prof.rafael443556@hotmail.com

initiative favored latter on the functioning of Japanese school during the difficult years of the Vargas era, and especially during the Second World War.

Keywords: *Education; Immigration; Japanese school.*

O presente artigo baseia-se na pesquisa para a dissertação realizada na Universidade Católica de Santos defendida no mês de fevereiro de 2011 com o título “A Educação Japonesa na Cidade de Santos” e busca analisar as contribuições no campo educacional realizadas pelos imigrantes japoneses que se fixaram na cidade de Santos, utilizando, para tal, pesquisa documental e História Oral. O trabalho faz um recorte temporal referente ao ano da chegada dos primeiros imigrantes japoneses da cidade de Santos, em 1908 e vai até 1943, quando o governo de Getúlio Vargas, por medida de segurança, determinou a remoção de todas as pessoas de nacionalidade japonesa, alemã ou italiana da costa litorânea do Brasil. Além da pesquisa bibliográfica, o levantamento de dados focalizou-se em acervos pessoais e públicos, onde foi possível encontrar alguns documentos relevantes, tais como fotografias, jornais, cadernos de atividades etc. Além disso, recorreu-se à História Oral para obter relatos de ex-alunos e pessoas que, no passado, tiveram um contato mais próximo com a colônia e com as escolas japonesas da época.

Uma das características mais marcantes da história da imigração japonesa no Brasil foi o zelo dado por esses imigrantes à educação das novas gerações. Em quase todos os núcleos de imigrantes japoneses que apareceram no Estado de São Paulo e no restante do país, surgiram escolas voltadas para o ensino da língua japonesa, uma vez que só assim seria possível manter viva a cultura dos ancestrais e possibilitar um futuro próspero. Até o início da década de 40 havia um grande número de escolas nipo-brasileiras, entre oficiais e não oficiais, cerca de 400 estabelecimentos (WAKISAKA, 1995, p. 123 – 129). Provavelmente, essa preocupação com a educação seja fruto das transformações sociais ocorridas durante a Restauração Meiji (1868), quando o Imperador aproveitou o sistema educacional dos samurais e o ampliou para toda a sociedade. No início do século XX, o analfabetismo estava quase todo erradicado no país. As pessoas que viveram nesse período certamente assimilaram essa mudança e trouxeram o zelo à educação para o Brasil (MIYAO, 1980. p. 91).

Contudo, para maior compreensão da educação japonesa no Brasil é preciso, antes, analisar o contexto histórico que a envolve, especialmente no que se refere à colônia japonesa na cidade de Santos, onde também existiu uma forte presença nipônica e também escolas dessa natureza.

A formação da colônia japonesa de Santos

Apesar de todo o contexto que envolve Brasil e Japão, pode-se dizer que a história da imigração japonesa no Brasil inicia-se com a chegada do navio Kasato Maru no porto de Santos no dia 18 de junho de 1908, trazendo a bordo quase 800 indivíduos para trabalhar nas fazendas de café. Após o desembarque, esses imigrantes foram imediatamente encaminhados para a Hospedaria dos Imigrantes na Capital, onde foram, posteriormente, distribuídos nas fazendas de café de acordo com a necessidade de cada uma (HANDA, 1987, p. 7 – 16).

As fazendas de café sofriam constantemente com a instabilidade da mão-de-obra responsável pela colheita do produto. Era comum que os trabalhadores, em busca de melhores condições de vida e de ganho, deixassem as fazendas originalmente empregados para outras que oferecessem melhores oportunidades, buscassem a cidade ou reemigrassem para outros países. Por vir de tão longe, os produtores acreditavam que poderiam solucionar o problema com a introdução do imigrante japonês, uma vez que possuíam uma cultura muito diversa dos demais e teriam problemas de comunicação, o que favorecia a fixação nas fazendas (NOGUEIRA, 1977, p. 60). Além disso, a imigração para o Brasil de italianos foi proibida, devido a denúncias de péssimas condições de vida nos cafezais, em 1907, obrigando as autoridades buscarem outras alternativas para suprir a demanda de trabalhadores (HOLLOWAY, 1984, p. 71–73).

Aconteceu, contudo, exatamente o contrário do que os fazendeiros esperavam. Ainda no ano de 1908, foram registradas as primeiras fugas. No mês de outubro, 31 pessoas oriundas da província de Okinawa, sul do Japão, fugiram da Fazenda Canaã em regresso a Santos, devido às semelhanças da cidade portuária com a terra natal. Após essa primeira fuga, muitas outras se seguiram, sobrando poucos japoneses do Kasato Maru nas fazendas até o término dos contratos (HANDA, 1987, p. 313).

Esses primeiros imigrantes que deixaram os cafezais puderam trabalhar inicialmente no cais santista. Posteriormente, arrendaram terras em áreas periféricas da cidade onde se dedicaram, em sua maioria, à horticultura e à pesca (HANDA, 1987, p. 313 – 315). Além dessas duas atividades, outros ainda se dedicaram também ao comércio local e a serviços domésticos variados (SILVA, 2011, p. 44 – 47). Na medida em que esses pioneiros obtinham sucesso, outros recém chegados ao Brasil animavam-se para deixar os cafezais, atraídos pelas notícias de melhores possibilidades fora das fazendas (HANDA, 1987. p. 47).

O número de imigrantes japoneses aumentou gradativamente durante os anos posteriores até 1943, quando foram obrigados a deixar a cidade devido à política nacionalista de Getúlio Vargas. O Recenseamento de 1913, realizado pela Prefeitura de Santos (1914), contou exatamente 651 indivíduos dessa nacionalidade. Em 1925, Tomoo Handa contabilizou 1632 (1987) e, em 1943, pouco antes da remoção, o Consulado do Japão da cidade contabilizou 3800 japoneses (SILVA, 2011, p.65). A tabela abaixo resume o crescimento populacional da colônia japonesa da cidade de Santos:

Número de imigrantes japoneses na cidade de Santos, segundo as fontes encontradas:

Ano	Nº de japoneses	Fonte consultada
1908	7 ou 8 famílias	HANDA, 1987. P. 313.
1913	651 indivíduos	Recenseamento de Santos – 1913.
1914	1000 indivíduos ou mais	Jornal A Tribuna – 22 -mar- 1914.
1925	406 famílias e 1632 indivíduos	HANDA, 1987. P. 315.
Início década de 40	330 famílias	Lista de japoneses residentes em Santos (Anexo 1 e 2)
1943	760 famílias e 3800 indivíduos	Listas das colônias japonesas no Litoral do Estado

Autor: Rafael da Silva e Silva.

Primeiramente, os japoneses se fixaram nos bairros do Campo Grande, Marapé, Saboó, Macuco e Ponta da Praia. Nos três primeiros bairros, prevaleceu a cultura hortigranjeira e, nos demais, a pesca. Pode-se dizer assim que, junto com outros imigrantes, a exemplo dos portugueses que habitavam os morros, eles contribuíram para o abastecimento interno da cidade, ao mesmo tempo que obtinham êxito em suas atividades (FRUTUOSO, 1995, p. 44). Posteriormente, já era possível perceber famílias japonesas espalhadas por toda Ilha de São Vicente. Segundo um levantamento realizado pelo Consulado Japonês da cidade pouco antes da remoção de 1943, cuja cópia do documento se encontra na Associação Japonesa de Santos, a população nipônica da cidade estava assim distribuída:

Famílias japonesas nos bairros de Santos e arredores (1943).

MARAPÉ	83
SABOÓ, ALEMOA E SANTA MARIA	71
CANAL 4 E MACUCO	59
CIDADE	56
CANAL 3	40
MERCADO	26
PONTA DA PRAIA	14
CANAL 2	11
GUARUJÁ	4
SÃO VICENTE	3
NOVA CINTRA	2
TOTAL	330 ²

Autor: Rafael da Silva e Silva.

² Este número corresponde ao total descrito no documento original, sendo que a soma numérica corresponde a 369.

Com o passar dos anos, as condições socioeconômicas dos imigrantes tiveram um progresso relevante, se comparadas com os primeiros anos. Além disso, a partir de 1925, o governo japonês passou a subsidiar a imigração para o Brasil. Essa medida fez com que mudasse o perfil do imigrante, ingressando também profissionais liberais diversos. Também passou a apoiar as instituições nipo-brasileiras e incentivar as associações japonesas a construir ou aprimorar as escolas japonesas (SAITO, 1961, p. 34). Assim aconteceu em Santos, pois nesse período a Associação Japonesa da cidade – que não se sabe ao certo quando foi fundada oficialmente – passou a ganhar maior apoio das autoridades. A primeira grande expressão da colônia foi a inauguração de um escritório do Consulado Japonês localizado na Pensão Mikado, favorecendo os interesses da colônia na política local (SILVA, 2011, p. 76).

A partir de então, a colônia japonesa de Santos se solidificou como uma das mais estruturadas do Estado de São Paulo, contando com ampla rede de serviços, além de manter uma boa relação com o restante da população da cidade. Durante a década de 30, havia escolas, serviços diversos e espaços para manifestações culturais. A presença japonesa já não mais se limitava apenas às áreas periféricas da cidade e, mesmo nesses locais, a cultura hortigranjeira e a pesca eram desenvolvidas avidamente. A educação escolar, tão valorizada pelo imigrante japonês, acompanhou o desenvolvimento da colônia na cidade, oferecendo melhores condições de ensino da língua na medida em que ia se solidificando a estrutura sócio-econômica dos japoneses.

A educação japonesa

Como foi visto anteriormente, a imigração japonesa no Brasil foi marcada por um forte sentimento de zelo pela educação. A escola estava presente na maioria das colônias japonesas que se espalharam pelo Estado e representavam um símbolo de prosperidade, local de manifestações culturais e centro administrativo da colônia (HANDA, 1987, p. 282–291).

Santos não fugiu a essa característica, chegando a possuir, na década de 30, três escolas, sendo que a Escola Japonesa de Santos era responsável pela coordenação das demais (SILVA, 2011, p. 91). Contudo, nos primeiros anos, a educação japonesa estava limitada ao ambiente familiar ou a professores particulares, pois os imigrantes ainda mantinham viva esperança de regresso a terra natal. Assim, as famílias deveriam recorrer às escolas locais e procurar alguém disposto a ensinar a língua japonesa. A entrevistada MK relembra que chegou a cursar um ano dessa maneira:

[...] a minha mãe ainda me pôs aí em uma escola, uma escolinha particular, não sei se conhece, agora tem padaria, açougue, alí na esquina, me pôs ali e depois dali foi para uma outra escolinha particular e agente aprende um pouco, depois aí no Santa Maria abriu uma escola melhor, até que tem o nome de Tarquínio Silva, alí que eu aprendi um pouco mais, a escola mais assim... melhor! [...] Nem era escola sabe, a pessoa que sabia ensinar então arrumava um quarto, é, um quarto, e ali dava aula

Era comum, após a formação de uma colônia, os imigrantes, principalmente os mais jovens, formarem associações³ a fim de discutirem interesses e organizarem

³ As associações eram conhecidas em japonês como Nihonjin-kai.

a construção de escolas (WAKISAKA, 1992). Em Santos, funcionou a Associação Japonesa de Santos, sendo que, ganhou relativa representatividade na medida em que a colônia japonesa prosperava ao longo da década de 20. A presença da colônia em Santos chamou a atenção do governo japonês devido ao seu relativo crescimento e também pela posição estratégica que ocupava, pois Santos era o local de desembarque dos novos imigrantes, mesmo que estes estivessem destinados ao interior do Estado de São Paulo. Com isso, em 1925, foi fundado na cidade um escritório do Consulado Japonês, aumentando a representatividade política da colônia e da Associação (HANDA, 1987). Dessa forma, apoiaram a Associação da cidade para construir uma escola que atendesse ao mesmo tempo a necessidade de uma instituição de ensino e onde funcionaria a sede da Associação Japonesa junto aos interesses do Consulado. Assim disse o entrevistado IM, cujo pai desempenhou papel de secretário na Escola:

Bom, evidentemente, a finalidade básica, era ser escola, mas, com certeza, em torno dessa escola, funcionou a sede da Associação Japonesa, Nihonjin-kai. Então, como você vê essas várias salas que existem por aqui, com certeza abrigaram toda a parte administrativa, não só da escola, mas principalmente da Associação. Aliás, a escola fazia parte da Associação. A Escola, em função da Associação. Quem formou a Escola foi a Associação. Dificilmente a origem, vamos dizer assim, o ponto de partida foi a Escola. Existia a Associação, a necessidade de fazer com que essa cultura japonesa fosse mantida, fosse preservada. Havia necessidade de escola. Então, a Associação formou a escola e nesta importância daqui de Santos, o Governo Japonês então dispendeu, eu não sei qual valor, mas, com certeza, um valor considerável para construir isto aqui.

Em 1929, fundou-se a Escola Japonesa de Santos, situada na Rua Paraná, 129. Segundo certidão de registro de imóvel, cuja cópia hoje se encontra na sede da Associação Japonesa de Santos, o terreno foi adquirido em janeiro de 1929 de Cassiano dos Santos Coelho. Em 1930, a Associação entrou com o pedido de habitação do imóvel, convocando em edital publicado no jornal “A Tribuna” de 11 de maio de 1930, o maior número de associados possível para aprovação de empréstimo para o pagamento do prédio recém construído. Em 1939, a Associação adquiriu o terreno situado na Rua Antonio Bento, número 112, que corresponde à parte de trás do casarão, de Antonio Maria Martins, para a construção do internato que passou a abrigar alunos e professores vindos de regiões mais afastadas. Ao fim, a Associação contava com um terreno entre as ruas Paraná e Antônio Bento, dispondo de uma quadra para a prática de esportes, e dois casarões onde simultaneamente funcionavam o escritório da Associação, a escola e o internato.

Contudo, a Escola Japonesa de Santos não foi a primeira instituição de ensino de origem japonesa a funcionar na cidade. Os primeiros registros encontrados na documentação pesquisada demonstram que em 1918 funcionou a Escola Japonesa cujo responsável era o professor Taishiro Mizuno. Segundo o Anuário da Educação do Estado de São Paulo, a escola ministrava aulas de ensino primário para 34 alunos no bairro do Campo Grande. Por falta de documentação, não se sabe ao certo quando a escola foi inaugurada e fechada, mas é certo que tenha funcionado de

1918 a 1921, data em que consta um pedido às autoridades locais de cancelamento de multa requerida pelo Professor Taichiro Mizuno.

Durante o período de funcionamento da Escola Japonesa de Santos, tem-se notícia de mais duas escolas japonesas na cidade, uma no bairro do Marapé e outra no bairro do Saboó. Assim como a escola do professor Taishiro Mizuno, que funcionou no Bairro do Marapé carece de maiores informações por falta de documentação. Sabe-se apenas, através de uma nota do jornal “A Tribuna” de 1935 e dos Relatórios da Diretoria Regional de Santos, que se chamava Escola União Japonesa. Quanto à escola do Saboó, foi inaugurada em 1936 e chamava-se Escola Primária da Associação de Jovens de Santos, segundo anotações no verso de uma fotografia, ou Escola Japonesa Kasushi, segundo os Relatórios da Diretoria Regional de Santos. O entrevistado AF diz que a escola foi erguida graças à união e os esforços da própria comunidade, mas que também contou com auxílio do governo japonês: “Lá, parece que o governo do Japão também ajudou. O povo que mora lá, cinquenta e poucas famílias, cada um ajudou com um pouco de dinheiro para construir a escola, antes de Guerra”.

Por ser filiada à Sociedade de Difusão de Ensino de Japoneses no Brasil, a Escola Japonesa de Santos tinha a função de centralizar o ensino de língua nipônica na região. Passou a ser responsável pela nomeação dos professores de japonês e português que atuavam nas demais escolas e também auxiliava no uso do material didático. O próprio governo japonês passou a enviar professores e diretores para atuarem nas escolas brasileiras. Assim também aconteceu com a Escola Japonesa de Santos e as demais escolas japonesas da cidade, como relata o entrevistado SY:

Meu pai, ele veio do Japão, embarcou, ou melhor, chegou aqui no Brasil em 1935, instalou-se em São Paulo como Professor normalista, encaminhado pelo Ministério da Educação do Japão [...] em 34 ou 35 se não me engano, ele foi morar lá em Jundiá, para fazer um curso de complementação, um curso normalista, na cidade de Jundiá [...] Então, o meu pai, vindo para cá, para a Escola Japonesa, na Rua Paraná, 129, ele então tornou-se o diretor responsável pela Escola Japonesa.

O ensino da língua japonesa seguia o mesmo modelo do Japão, usando inclusive material didático importado para o Brasil. Além disso, a escola funcionava também como uma escola oficial particular, ministrando o curso primário seguindo o modelo brasileiro. Essa característica era comum nas escolas japonesas oficializadas, adotando a característica mista de pública/particular (DEMARTINI, 2000). Assim, a Escola Japonesa de Santos chegou a manter, com pelo menos quatro salas, o curso de Ensino Primário com primeira e segunda séries, e o curso de japonês por mais tempo. A entrevistada TS, por exemplo, afirma em seu depoimento que cursou os dois anos de “ensino português” na Escola Japonesa e depois se mudou para o Grupo Escolar “Cesário Bastos”, continuando o estudo da língua japonesa na Escola, em períodos diferentes:

Nasci aqui na Ponta da Praia e estudei no Grupo Escolar “Cesário Bastos” e estudei nessa Escola Japonesa que hoje é Associação Japonesa, depois eu fui para o Liceu São Paulo, fiz dois anos Curso Ginásial, hoje em dia se diz Ensino Médio. Onde foi

que estourou a guerra e meus pais tiveram que sair da cidade, ficamos na cidade do interior seis ou sete anos.

Sabe-se que as demais escolas japonesas da região também possuíam classe de ensino primário com professores brasileiros provavelmente enviados e custeados pela Escola Japonesa de Santos. Fotografias encontradas em acervos pessoais revelaram que a mesma professora brasileira que aparece em turmas em 1934 na Escola Japonesa de Santos, aparece posteriormente na escola do bairro do Sa-boó no fim da década de 30. Nesse período, o corpo docente da Escola Japonesa de Santos passou a contar com a professora brasileira Ana Palmeira Martins Malta, conhecida como Dona'na; com o crescimento das turmas, sua irmã Eulina Palmeira Martins Simon, conhecida como D. Maninha, também atuou na escola. Por conta da presença dos professores brasileiros e do curso normal oferecido na escola, pelo menos dois alunos ascendência japonesa chegaram a estudar no local. Assim afirmou a entrevistada DS:

Foi muito pouco tempo, eu estava no colégio Jardim da Infância na parte da manhã e a D. Maninha me convidou para que eu fosse assistir às aulas do colégio japonês na parte da tarde porque era um horário em que eu ficava sem fazer nada ou fazendo travessuras em casa, e a Dn. Maninha como era professora do colégio então me convidou e minha mãe achou ótimo que eu fosse participar do colégio.

O entrevistado FS deu o seguinte depoimento:

Eu sou filho da D. Maninha, que era professora lá, né! Talvez pela razão me levou para estudar durante... depois que eu já tinha feito o Jardim da Infância no Colégio Progresso Brasileiro eu fui para a Escola Japonesa, mas também passei lá praticamente pouco tempo! Um ano talvez?

As professoras de português, como trabalhavam com ensino primário, eram responsáveis pelo ensino de história e geografia, integrado a essas disciplinas a prática cívico-educativa (SOUZA, 2008, p. 28, 29). Assim, cabia às professoras brasileiras o ensino dos símbolos nacionais, como por exemplo, o significado da bandeira e ensaios para cantar o Hino Nacional Brasileiro. O mesmo ocorria com o ensino da língua japonesa, onde a cultura nipônica era introduzida no ensino da língua. Pode-se constatar essa característica no depoimento abaixo:

Eles davam aulas de japonês e aula de japonês não tinha aquela coisa de História, não tinha! Era tudo uma coisa só, sabe? [...] Eu sei que era língua japonesa, mas não tinha nada de História, não tinha como no português, História Geografia, Matemática, né! Então, lá (na aula de japonês) não era assim, era uma coisa geral, uma coisa geral tudo, sabe? O professor dava tudo! (entrevistada TS).

Dessa maneira, a Escola mostrou que, além do ensino da língua japonesa, também mantinha uma grande preocupação com a instrução e formação dos alunos de uma forma geral. Além do ensino de japonês e português, os professores ministravam aulas de matemática, seguindo o currículo brasileiro; aulas de educação física; além de possuir laboratório de química e promover exposições de desenhos artísticos para a comunidade. Assim disse a entrevistada TS:

Tinha o dia da Exposição dos desenhos que os alunos fizeram. Os melhores desenhos, naturalmente, expunha tudo na parede, como faz esse negócio, galeria e põe quadro, mesma coisa, só que não põe quadro, põe desenho, e tinha o nome do aluno, série, desenho de fulano de tal, professor tal.

Com a aquisição do pensionato, a Escola Japonesa poderia abrigar funcionários, professores e alunos de outras regiões, como por exemplo, Litoral Sul. O entrevistado IM lembra que morou com seus pais e mais outros alunos que vinham de outras regiões ao longo da linha Santos-Juquiá:

[...] passamos a morar no outro prédio, que fica no fundo deste terreno [...] lá funcionava uma espécie de internato. Os alunos provenientes das várias cidades ao longo do Litoral, que vinham estudar aqui, moravam lá com internos e estudavam. E nesta ocasião, a minha família, os meus pais, tinham a função de administrar esse internato [...] havia muitos estudantes que vinham, estudavam, nas férias, voltavam para casa e ao retorno às aulas, era comum trazerem alguma coisa de suas casas; presentes, coisas assim.

A Escola Kasushi também contava com espaços de interação cultural, servindo mesmo como um centro de reuniões e festas, além do ensino de português e japonês. O entrevistado AF, que não tem ascendência japonesa mas que morava nas proximidades da Escola, lembra os eventos festivos, assim como a descrição do casarão onde funcionou a escola da seguinte maneira:

Festas de japonês tinha! Eu não entendia o que eles estavam falando. Cantavam o hino do Japão, hino japonês, e depois faziam aquela festa e que eles diziam agente não entendia. Eu era moleque, faziam aquelas festas, cheio de bandeiras, eu não entendia, sei que era festa. Tocavam aquelas batucadas do Japão, que nem índio, eles faziam aquelas festas tocando, tocava e agente ficava da rua só olhando, mas não entendia nada. Agente falava a língua portuguesa e não entendia uma palavra. Vinha o professor do Japão, o professor era japonês, ele falava com os alunos assim, nós não sabíamos nada, eles entendiam tudo! Cantavam o hino do Japão, não entendia. Agora quando chegou a professora eles cantavam... Depois que veio a língua portuguesa, o Hino Nacional era cantado, para aprender o hino nacional, eles cantavam, a molecada tinha que cantar [...]

O entrevistado segue descrevendo o casarão:

A escola era um chalé grande! O chalé montado em cima de colunas, o chalé era alto mas era montado em cima de colunas, eram seis colunas, colunas de trinta. E eles fizeram madeira em cima, tipo americana, chalé americano, que ia encaixando as tábuas, tinha varanda, uma varanda comprida.

Mesmo assim, a década de 30, principalmente após a instituição do Estado Novo (1937), representou um período de dificuldades para a colônia japonesa devido às políticas nacionalistas, que atingiram seu ápice durante os anos da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

Os anos difíceis da Era Vargas e a remoção

Antes mesmo do Estado Novo, medidas de caráter nacionalista e de supressão das minorias étnicas já estavam presentes no Estado de São Paulo. Em 1934, por exemplo, foi proibida a alfabetização em qualquer língua que não fosse o Português para crianças menores de dez anos, além de exigir inspeção dos materiais didáticos importados destinados ao ensino de língua estrangeira. Com a institucionalização do Estado Novo, tais medidas ganharam âmbito nacional. Assuntos relacionados à saúde e à educação foram centralizados nas mãos da União e tornaram-se questões de segurança nacional (SKIDMORE, 1982).

Ações direcionadas à educação tiveram efeito imediato na comunidade japonesa, uma vez que o ensino da língua pátria e a educação de uma maneira geral eram a grande preocupação. Em Santos, a medida teve impacto na rotina escolar das crianças cujos pais desejavam que aprendessem o japonês. Na maioria dos casos, as crianças realizavam o ensino primário na Escola Japonesa e, assim que atingissem a idade adequada para aprender a língua dos seus pais, realizavam o curso junto com o Ensino Secundário em horários distintos. Assim comenta a entrevistada TS:

Então, meu pai já me colocou nessa escola japonesa para mim poder estudar o japonês, a língua japonesa e a língua portuguesa. Então, ele me matriculou lá e na época, só era permitido aprender o idioma japonês só quando a criança tivesse 9 anos, porque aqui no Brasil, o início escolar é com 7 anos, não é? Então, entra-se com sete anos, no primeiro ano, primeira série, então são sete, segunda são oito se a pessoa não repetir, vamos dizer. Não sei hoje em dia se existe essa palavra repetir. Com oito anos, então não era permitido entrar na aula japonesa. Só quando fizesse nove anos completos é que você poderia estudar a língua japonesa. O porquê disso? O porquê era para não atrapalhar a cabeça da criança, porque quando já estiver na segunda série, a pessoa já sabe ler, escrever o português, não sabe? Sabe tudo.

Seguiu-se uma série de restrições aos imigrantes e seus respectivos sistemas educacionais. Em 1938, o governo expediu o Decreto-lei n° 383 de 18 de abril de

1938 que proibia instituições estrangeiras, mesmo com fins culturais, de receber qualquer tipo de verba do país de origem. Com isso, as escolas japonesas da cidade deixaram de receber auxílio para pagar os professores e arcar com outras despesas. Logo em seguida, o governo decidiu proibir definitivamente o funcionamento de escolas e associações estrangeiras. Para manter-se em funcionamento, a Escola Japonesa de Santos alterou seu nome para Sociedade Instrutiva Vila Mathias, como consta em certidão presente na Associação Japonesa de Santos. Nessa época, o então professor diretor Akio Yanaguisawa pôde permanecer no cargo de diretor graças a sua formação normalista adquirida na cidade de Jundiá.

Mesmo alterando a sua natureza, deixando de ser classificada como uma escola particular de língua estrangeira, de acordo com os Relatórios da Diretoria Regional de Santos, as visitas das autoridades aumentaram consideravelmente nos anos subseqüentes do início da década de quarenta, conforme quadro abaixo:

Visitas de inspetores de ensino às escolas japonesas de Santos

Escolas	1938	1939	1940	1942
Escola Japonesa de Santos	3	2	5	fechada
Escola Japonesa Kazushi	2	3	1	fechada
Escola União Japonesa	1	2	5	fechada
Total	6	7	11	-----

Autor: Rafael da Silva e Silva

Contudo, o pior ainda estava por vir. Quando o Brasil entrou para o bloco dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, declarou guerra aos países do Eixo. Com isso, alemães, japoneses e italianos deixaram de representar um problema de nacionalização para tornarem-se inimigos da nação. Como forma de indenização, o governo determinou no dia 11 de março de 1942, através do decreto-lei nº 4166, o congelamento dos bens dos imigrantes causados pelos estragos na guerra (CASTELO BRANCO, 1960. p. 55). O mesmo decreto permitiu que se nacionalizassem Instituições mantidas por imigrantes consideradas de utilidade pública.

Em 1942, todas as escolas de origem japonesa, alemã e italiana foram obrigadas a fechar. No caso de Santos, além de fechar, o casarão onde funcionou a Escola Japonesa de Santos foi confiscado para o patrimônio da União e assim permaneceu até o ano de 2008, quando finalmente a colônia japonesa conseguiu reaver o prédio. As demais escolas jamais voltaram a funcionar, sendo que a Escola União Japonesa desapareceu por completo e o prédio da Escola Kazushi, encontra-se hoje em ruínas, sobrando somente as fundações e a escadaria do casarão em meio ao matagal (SILVA, 2011, p. 102 - 103).

Em 1943, o governo determinou a remoção de todas as pessoas de nacionalidade do Eixo da costa litorânea do país, uma vez que toda essa região foi considerada área de segurança nacional. Todos os japoneses presentes na cidade de Santos tiveram menos de 24 horas para deixar a cidade rumo ao interior. Muitas famílias foram abrigadas por parentes, outras se hospedaram em residências de estranhos, prestando serviços para arcar com suas despesas. Sem tempo hábil para se desfa-

zer de seus pertences, muitos venderam o que tinham a qualquer preço ou deixaram para trás. Assim relembra a entrevistada MK:

Olha, a retirada foi difícil! Eles avisaram à tarde, disse que tinha que sair, aí saíram e foram tudo para a estação Santos-Jundiaí. E a gente nem conhece nada, mas pegamos um trem para a Imigração, imigrante e depois pegamos um outro trem para Bauru. Cada um tinha um conhecido no interior, soube do caso e deixou. Nós tínhamos, em Bauru, aí vieram buscar a gente na estação de Bauru. Ficamos hospedados na casa dessa família e depois cada um arranhou um canto para ficar, chácara outra vez! Foi assim a vida.

Anos mais tarde, os japoneses e descendentes que não conseguiram se adaptar no interior, principalmente as famílias de pescadores, puderam, com autorização da polícia, regressar para a cidade portuária. Muitas outras famílias jamais regressaram, permanecendo até hoje no interior do Estado de São Paulo. Contudo, a educação jamais foi a mesma dos tempos da Escola Japonesa de Santos e das demais escolas.

Consideração finais

Durante os primeiros anos da presença japonesa na cidade, não havia muitos recursos, além de não ser o foco principal da maioria das pessoas, para sustentar estabelecimentos de ensino de língua japonesa. Provavelmente, até o surgimento da Escola Japonesa do professor Taishiro Mizuno, o ensino da língua japonesa se limitava ao ambiente familiar ou a professores particulares, que dispunham de material e local, provavelmente a própria residência do docente, para esse ensino. Com isso, muitas crianças, para não ficarem afastadas da educação formal, eram matriculadas também nos grupos escolares.

Com o desenvolvimento da colônia e a auxílio do governo japonês, as condições educacionais também melhoram, surgindo assim a Escola Japonesa de Santos. A sua presença garantia, aos pais mais conservadores que não queriam abrir mão da educação ancestral, o ensino da língua japonesa. Representava um espaço de encontros e manifestações culturais, além de funcionar a sede administrativa da Associação Japonesa de Santos. Com isso, é possível concluir que para esses japoneses, era impossível desassociar a educação dos interesses gerais da colônia.

Além do ensino da língua japonesa, as escolas japonesas mantinham também o ensino primário seguindo o currículo das escolas públicas. Assim foi possível que se enquadrassem nas exigências legais para que pudessem manter-se em funcionamento durante a década de trinta e início da de quarenta. Além disso, mantendo o curso de Português, a Escola não deixava desamparada as crianças abaixo da idade estipulada pelo Governo para o curso de língua estrangeira, já que poderiam frequentar o Ensino Primário na escola japonesa até completar a idade adequada para ingressar nas aulas de japonês, coincidindo com o Ensino Secundário.

Até a expulsão dos japoneses da região litorânea em 1943, a Escola demonstrou grande estrutura para driblar ou superar as imposições do governo, sendo que nos últimos anos de funcionamento o estabelecimento teve até que mudar o nome, de Escola Japonesa para Sociedade Instrutiva Vila Mathias, onde provavelmente

ensinou somente o português para poder se manter em funcionamento. Esses últimos anos, culminando com o fechamento em 1943, trouxeram resultados negativos para a Colônia e para o ensino da língua japonesa na cidade. A interrupção do ensino de japonês fez com que toda uma geração deixasse de aprender a língua de seus pais, tendo que recorrer, muitos anos mais tarde, a escolas particulares ou mesmo deixarem de estudar a língua nipônica para sempre. Além disso, muitas famílias, instaladas no interior do Estado, não regressaram mais para a região litorânea, e as que voltaram tiveram que recomeçar praticamente do zero, assim como quando chegaram ao novo país.

Referências

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na Segunda Guerra*. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1960.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira. *Educação & Sociedade*, n. 72, p. 43-72, ago, 2000.

FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. O Café e a Imigração em Santos. In: VARIOS AUTORES. *Santos Café & História*. Santos: Leopoldianum, 1995, p. 41-54.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: História da sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrante para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MIYAO, Sussumu. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, Hiroshi (org.). *A Presença Japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 91–99.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908 – 1922)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. 1973.

SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Barsil: Estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.

SILVA, Rafael da Silva e. *A Educação Japonesa na cidade de Santos*. 2011. 401 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos.

SKDIMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

WAKISAKA, Katsunori (cord.) e outros. *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

Outras fontes consultadas

A Tribuna. Santos, 11 maio 1930.

A Tribuna. Santos, 09 jul. 1943.

BRASIL, *Decreto-lei n° 386*, de 18 de abril de 1938.

BRASIL, *Decreto-lei n° 406*, de 4 de maio de 1938.

BRASIL, *Decreto-lei n° 868*, de 18 de novembro de 1938.

BRASIL, *Decreto-lei n° 4166*, de 11 de março de 1942.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. *Atas de 1917*.

GOVERNO DO ESTADO. *Relatório da Diretoria Regional de Santos*. Santos: 1940.

_____. *Relatório da Diretoria Regional de Santos*. Santos: 1941.

_____. *Relatório da Diretoria Regional de Santos*. Santos: 1943.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. *Recenseamento de 1913*. Santos: 1914.

Entrevistas

MK; IM; AF; SY; TS.